

**HABEAS CORPUS Nº 548.670 - BA (2019/0357132-1)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : IDELFONSO DOS SANTOS VIDAL**  
**ADVOGADO : IDELFONSO DOS SANTOS VIDAL - BA054403**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**  
**PACIENTE : R DE A S (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**

**DECISÃO**

**R. de A. S.,** – preso preventivamente por suposta prática dos delitos dos arts. 215-A, 147 e 148, §1º, I e IV, todos do Código Penal – alega sofrer coação ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de decisão do **Tribunal de Justiça do Estado de Bahia**, que indeferiu o pedido de urgência formulado no HC n. 8017042-47.2019.8.05.0000. Requer, liminarmente, a revogação da prisão ou, subsidiariamente, a sua substituição pela domiciliar ou a imposição medidas cautelares diversas.

**Decido.**

De acordo com o explicitado na Constituição Federal (art. 105, I, “c”), não compete a este Superior Tribunal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão de desembargador que nega pedido de liminar.

Em verdade, o remédio heroico, em que pese sua altivez e grandeza como garantia constitucional de proteção da liberdade humana, não deve servir de instrumento para que se afastem as regras de competência e se submetam à apreciação das mais altas Cortes do país, em poucos dias, decisões de primeiro grau às quais se atribui suposta ilegalidade, **salvo se evidenciada, sem necessidade de exame mais vertical**, a apontada violação ao direito de liberdade do paciente.

Somente em tal hipótese a jurisprudência, tanto do STJ quanto do STF, admite a excepcional superação do rigor da Súmula n. 691 do STF (aplicável ao STJ), expressa nos seguintes termos: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

Não contribui para a higidez do sistema de justiça criminal que - salvo hipóteses excepcionais - pedidos de habeas corpus ainda não apreciados por um órgão colegiado, nem sequer instruídos com as informações do Juiz de primeiro grau e o parecer do órgão do Ministério Público Federal, sejam decididos de maneira precária, por magistrado que não dispõe de todos os documentos necessários para formar sua convicção.

Outrossim, cabe referenciar **aspecto de natureza funcional de extrema importância para quem se preocupa não apenas com implicações subjetivas do exercício da jurisdição mas também com a própria saúde das relações entre jurisdicionados e órgãos judicantes**: se qualquer decisão da lavra de magistrado de primeiro grau pudesse ser, de forma quase direta e natural, revisada pelos Tribunais Superiores, o sistema de justiça criminal entraria em colapso, mormente em um país continental como o Brasil, com população superior a 200 milhões de habitantes e com um Poder Judiciário fracionado em mais de 18 mil magistrados, já incumbidos do exame de quase uma centena de milhões de processos (dados do CNJ).

Notório, pois, o **prejuízo ao poder de julgar de maneira organizada, acurada e correta**, ante as limitações da capacidade dos órgãos jurisdicionais superiores, os quais, premidos pelo dever de prestar jurisdição, acabam por sacrificar as competências constitucionais que lhes são próprias para, **em prejuízo de outros jurisdicionados**, analisar ações que, em muitos casos, ainda não foram devidamente deslindadas nas instâncias ordinárias.

**O prejuízo** derivado da supressão de instâncias e da consequente prodigalidade do uso de recursos e ações **judiciais alcança, vale acentuar, tanto os jurisdicionados em geral quanto o próprio postulante da tutela de urgência, em vista da possibilidade de que o antecipado e precário exame da matéria objeto da postulação acarrete**: (a) **o retardo** no deslinde das centenas de postulações regularmente endereçadas à Corte Superior, **anteriormente distribuídas** (com prioridade temporal, portanto), que têm **igual relevância temática** e observaram o devido trâmite de instâncias; (b) **eventual repercussão** no reexame futuro da questão posta pelo requerente, em prejuízo do paciente – dado o incontornável dever judicial de motivação do ato decisório –, antes que se tenham examinado pela justiça de segundo grau todos os

argumentos explicitados na impetração.

São preocupações que deveriam ser sopesadas por todos os sujeitos processuais, para que se busque alcançar maior **equilíbrio entre o fundamental direito de acesso ao Judiciário e o dever funcional de prestar jurisdição com qualidade, celeridade e justiça**.

No caso dos autos, o Magistrado de primeira instância, ao decretar a prisão preventiva, destacou que "a integridade física e a liberdade sexual da vítima encontram-se ameaçadas [...] o *modus operandi* do delito, as ameaças a vítima, a audácia do agressor ao assumir as ameaças frente ao Conselho Tutelar revelam flagrante afronta a norma penal e as norma insculpidas no ECA" (fl. 45).

O *modus operandi* utilizado, em especial as ameaças às vítimas, evidenciam o *periculum libertatis*, a ensejar, por conseguinte, a manutenção da custódia cautelar para **assegurar a ordem pública**, além de inviabilizar a substituição da prisão por medidas diversas.

Sobre as condições de saúde do paciente, o Juízo consignou, quando do indeferimento do pedido de revogação da prisão, "**a ausência de evidências do estado grave de saúde do acusado**. No relatório médico acostado, **datado de 26.02.2019**, o subscritor apenas indica a necessidade de controle de medicamento rigoroso e exames regulares, sendo incapaz para exercer atividade física ou qualquer atividade laborativa, sem indicar necessidade de internamento ou tratamento em unidade de saúde especializada" (fl. 164, grifei).

Em que pese o diagnóstico de doença cardíaca crônica, **não há elementos suficientes nos autos a demonstrar o quadro clínico atual do paciente** ou a insuficiência da assistência a ele disponibilizada na unidade prisional. Essa pretensão demandaria dilação probatória inviável no âmbito do habeas corpus.

Assim, **inexiste ilegalidade flagrante** no indeferimento do pedido de urgência pelo Tribunal estadual, **que autorize a mitigação da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal**, razão pela qual não há espaço para a imediata interferência deste Superior Tribunal de Justiça.

À vista do exposto, **indefiro liminarmente** este habeas corpus.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**